

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.738 - SP (2019/0239658-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : DIRCEU AZEVEDO BORGES
ADVOGADO : ADRIANO BLATT E OUTRO(S) - SP329706
RECORRIDO : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADOS : ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO E OUTRO(S) -
SP237754
GABRIELLE DO NASCIMENTO SILVA - SP406792

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por DIRCEU AZEVEDO BORGES com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 221):

"DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO PELOS ALEGADOS DANOS MORAIS DECORRENTES DO COMPORTAMENTO DA RÉ. INADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL ADVINDO DE MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. DANOS MORAIS, ADEMAIS, QUE NECESSITAM SER COMPROVADOS E NÃO APENAS PRESUMIDOS, COMO NA HIPÓTESE EM APREÇO. AUSÊNCIA DE FERIMENTO A DIREITOS DA PERSONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO."

Nas razões do recurso, a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 374 e 1.022 do CPC/2015 e 12, 186, 187, 389, 395, 475, 927 e 944 do Código Civil; 6º e 14 do CDC; 4º e 10 da Lei 10.741/20003; e 26 do Decreto 2.181/1997.

Afirma, em suma, a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional e que a recusa indevida de cobertura de tratamento de saúde enseja a reparação a título de dano moral, tendo em vista que agrava a situação de aflição psicológica e de angústia do segurado, já combalido pela própria doença.

É o relatório. Passo a decidir.

Extraí-se dos autos que o recorrente ajuizou ação em desfavor da recorrida com o objetivo de ser indenizado moralmente pela indevida recusa de cobertura de tratamento fonoaudiológico, que foi reconhecida em processo anterior. A ação foi julgada

improcedente, por reconhecer o Magistrado de primeiro grau que *"a parte autora não demonstrou que a recusa teve consequências maiores do que o mero aborrecimento"*. Destacou que, *"muito embora o tratamento fonoaudiólogo tenha sido considerado importante, não houve demonstração no sentido de que sua vida foi colocada em perigo pela negativa de cobertura"* (e-STJ, fl. 175).

O Tribunal de origem manteve a sentença de primeiro grau e destacou, no que interessa (e-STJ, fls. 222/223):

"[...] ainda que a recusa haja mesmo se dado de forma indevida, a situação em tela não traduz prejuízo à honra do beneficiário, decorrente do inadimplemento contratual relatado.

Conquanto não se desconheça alguma divergência, é firme, para a maioria da jurisprudência, o entendimento de que o singelo inadimplemento contratual não dá azo à indenização por danos morais.

[...] Reconhecer-se, de maneira ampla, a possibilidade direta de indenização por dano moral a partir de qualquer suscetibilidade cotidiana é criar verdadeira fonte de enriquecimento sem causa. Para o descumprimento contratual existe a reparação do dano material e bem dos lucros cessantes. Basta que se os provem os interessados.

Extraír, por outro lado, os danos morais de quaisquer descumprimentos contratuais é forma de se furtar a essa prova, de maior dificuldade, reconheça-se. O dano moral não é sucedâneo do dano material, e nem deve ser assim interpretado. Ademais, é preciso que o dano seja provado (e jamais presumido, como no caso dos autos).

Daí que o pleito de indenização por danos morais era mesmo improcedente; nada havendo, pois, a modificar na sentença."

Observa-se, inicialmente, que o Tribunal de origem se manifestou sobre todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia. Afirmou, inclusive, que não houve comprovação de existência de abalo a direito da personalidade do segurado, de modo que a conclusão do julgado apenas se mostrou diversa da pretendida pelo recorrente, o que não implica contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015.

Noutro vértice, consoante a jurisprudência desta Corte, *"a negativa indevida de cobertura de plano de saúde, por si, não acarreta dano, devendo-se verificar, pelas especificidades de cada caso, se a conduta ilícita transbordou o mero*

inadimplemento contratual ensejando significativo abalo a direitos da personalidade do segurado" e, portanto, *"não se trata de dano moral in re ipsa (presumido)"* (REsp 1.800.758/SP, Relator o Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, DJe de 10/5/2019).

Logo, não procede a alegação do recorrente de que o dano decorrente da recusa da operadora de plano de saúde em fornecer o tratamento requerido seria presumido. Uma vez destacado pelo acórdão que não ficou caracterizada eventual vulneração à direito da personalidade do beneficiário, a modificação da referida conclusão exigiria o reexame do acervo probatório dos autos, providência vedada diante do óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE CUSTEIO. MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. A ausência de indicação, associada às razões pelas quais assim entende a parte, do dispositivo legal tido por violado atrai o enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o mero inadimplemento contratual não enseja condenação por danos morais.

3. O Tribunal de origem, após apreciação das provas dos autos, entendeu que a negativa de cobertura não foi apta a gerar danos à intimidade psíquica do recorrente, tendo configurado mero aborrecimento do cotidiano, conclusão esta insusceptível de reexame na via do recurso especial (Súmula 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no REsp 1.768.088/RS, Relatora a Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, DJe de 1º/7/2019)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 11% (onze por cento) para 12% (doze por cento).

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator